HOMENAJE A GLÒRIA TRIAS RUBIÉS

Cerámicas griegas de la Península Ibérica:
cincuenta años después (1967-2017)

HOMENATGE A GLÒRIA TRIAS RUBIÉS

Cerámicas griegas de la Península Ibérica:
cinquanta anys després (1967-2017)

iberiagraeca

ISBN: 978-84- 393-9615- 4
Depósito legal: B-25121- 2017
Impresión: www.norprint.es
Barcelona, 2017
© de la edición: Centro Iberia Graeca
© de los textos e ilustraciones: sus respectivos autores

Homenaje a Glòria Trias Rubiés.
Cerámicas griegas de la Península Ibérica: *cincuenta años después (1967-2017)*

Homenatge a Glòria Trias Rubiés.
Cerámicas griegas de la Península Ibérica: *cinquanta anys després (1967-2017)*

Xavier Aquilué, Paloma Cabrera, Margarita Orfila (eds.)
CENTRO IBERIA GRAECA, 2017

Índice

Presentación
Xavier Aquilué, Paloma Cabrera y Margarita Orfila 9

Glòria Trias Rubiés y su libro *Cerámicas griegas de la Península Ibérica* 13

Glòria Trias Rubiés. Obra científica 15

Margarita Orfila
Glòria Trias Rubiés. Más que una biografía académica... 19

Paloma Cabrera y Ricardo Olmos
Cerámicas griegas de la Península Ibérica, un hito en la historia de la arqueología española 31

Adolfo Domínguez Monedero
Cincuenta años de investigaciones sobre las cerámicas griegas de la península Ibérica (1967-2017) 44

Contribuciones al Homenaje 61

Lorenzo Abad Casal y Victoria Amorós Ruiz
La cerámica griega, ¿elemento de prestigio en época visigoda?: el caso de El Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete) 63

Andrés María Adroher Auroux y Pierre Rouillard
Cerámica griega en contextos ibéricos del cuadrante sureste peninsular: contextos diversos, problemas diversos, respuestas diversas 73

Martín Almagro-Gorbea
Un alabastrón del Pintor de Ampurias (*Emporion Painter),* de la antigua colección Montaner de Barcelona, relocalizado 86

Xavier Aquilué, Pol Carreras y Mª Teresa Miró
Presencia de los talleres de cerámica ática en los poblados ibéricos indiketes y su relación con *Emporion* (Empúries) 97

Carmen Aranegui Gascó
A propósito de las ánforas *masalietas* en el litoral ibérico 111

Manuel Arjona Pérez
Observaciones sobre la iconografía de Atenea en los vasos griegos hallados en *Emporion* 116

David Asensio, Enriqueta Pons, Rafel Jornet y Jordi Morer
Aportación de la cerámica griega fina y sus contextos cerámicos a la caracterización de la secuencia de asentamientos superpuestos entre el siglo VI y el siglo IV a. C. en el Mas Castellar de Pontós (Alt Empordà, Girona) 124

Sebastián Celestino Pérez, Francisco Gracia Alonso y Esther Rodríguez González
Copas para un banquete. La distribución de cerámicas áticas en Extremadura 140

Ferran Codina, Aurora Martin, Gabriel de Prado
La influencia de la cerámica ática en las producciones del período ibérico pleno en Ullastret 150

Cristina del Barrio González
Orfeo entre los tracios en una cratera de Villaricos 163

Francisco Díez de Velasco
La muerte del centauro Neso en la cerámica ática: diferencias entre literatura e iconografía 170

Eduardo García Alfonso
Málaka y las importaciones griegas en los siglos V-IV a. C. Un mercado cautivo 179

José Miguel García Cano
El Pintor de Kadmos y su círculo. A propósito de una *kylix* de Coimbra del Barranco Ancho (Jumilla, Murcia) 190

José Miguel García Cano y Juan José Blánquez Pérez
Las cerámicas griegas en el sureste de la Meseta. 50 años después 200

Jorge García Cardiel
Vasos griegos en la necrópolis de la Albufereta (Alicante): signos helenos para discursos contestanos 213

Margarida Genera i Monells y Susanna Adell Chavarria
El Racó d'Aixerí o Racó de Sant Miquel: un puerto natural clave en la antigua red comercial del Ebro (Vinebre, la Ribera d'Ebre, Tarragona). Siglos V-III a. C. 221

Javier Jiménez Ávila
Los estudios sobre cerámica griega en Extremadura 234

José Manuel Melchor Monserrat
La cerámica ática en la provincia de Castellón: estado de la cuestión 246

Rui Morais, Ana Margarida Arruda, Daniela Ferreira y Elisa Sousa
Uma simbiose perfeita: gregos e fenícios nas Hespérides Ocidentais Atlânticas 254

Margarita Moreno Conde y Trinidad Tortosa
La posibilidad de la adolescencia ibérica a través de la cerámica griega 263

Ricardo Olmos y Margarita Moreno Conde
Paris o Alejandro en los dos vasos áticos del Cerro del Real, Túgi (Galera, Granada) y más cosas... 273

Virginia Page del Pozo y Rosa M. Gualda Bernal
Nuevas aportaciones a los *askoi* ornitomorfos de Coimbra del Barranco Ancho (Jumilla, Murcia) 286

Guillermo Pascual Berlanga y José Pérez Ballester
El comercio de vino griego en la península Ibérica (siglos III a. C.-I d. C.) 294

Diana Rodríguez Pérez y Carmen Sánchez Fernández
La tumba de L'Orleyl. La elección de un ajuar ático 308

Carmen Rueda Galán e Ignasi Grau Mira
Edad, ritos de paso y memoria: símbolos de iniciación en la cerámica ática del espacio religioso ibero 318

Arturo Ruiz
Las imágenes de las crateras griegas en el contexto aristocrático ibero 329

Joan Sanmartí y David Asensio
Pottery imports and social organization. Theoretical-methodological principles, and a case study of the 4th century BC in the Iberian coast 338

Créditos 348

Uma simbiose perfeita: gregos e fenícios nas Hespérides Ocidentais Atlânticas

Rui Morais
Universidade do Porto/FLUP/UI&D-CECH
Ana Margarida Arruda
UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa); Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa
Daniela Ferreira
Universidad Complutense de Madrid/ CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»)
Elisa Sousa
UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)

Prolegomena (ou das coisas que se contam antes)

As teses tradicionais defensoras de áreas específicas controladas por fenícios e gregos, baseadas nos bens intercambiados, devem ser matizadas e sujeitas a uma análise crítica. Actualmente aceita-se que os modelos de intercâmbio de produtos orientais na área ibérica estão associados a uma rede de colónias, mercados (*emporiae*) ou portos de comércio ("ports of trade") frequentados pelos mercadores (*emporos*) que faziam a gestão de carregamentos de produtos de diversas proveniências, obtidos a partir dos centros económicos do mediterrâneo central, como Cartago e as *poleis* gregas da Sicília, directamente relacionadas com a área do Egeu e a costa levante sírio-palestina.

Os produtos embarcados não são o resultado de um comércio directo entre portos mas antes o resultado da redistribuição de produtos entre os diversos portos, tentando obter os melhores benefícios. Os dados da arqueologia parecem ir de encontro com algumas fontes literárias[1] e epigráficas[2] que testemunham a existência de um sistema comercial complexo em que participavam comerciantes fenícios, púnicos, gregos e ibéricos, com o mesmo tipo de responsabilidade, benefícios e conhecimentos.

No território actualmente português o impacto da presença comercial dos fenícios e dos gregos nas primeiras sociedades da Idade do Ferro produziu-se num horizonte característico de sociedades de transição. A chegada destes bens, a sua aceitação e reelaboração, variou certamente de acordo com cada comunidade e consoante as coordenadas espácio-temporais.

O fenómeno colonial a ocidente: a perspectiva helénica

A navegação e o comércio no mediterrâneo ocidental adoptou os conhecimentos técnicos e os usos económicos desenvolvidos durante o II milénio pelos comerciantes micénicos, posteriormente potenciados pelos fenícios, definindo-se novas rotas de comércio nos séculos IX-VIII a. C. Passou-se de uma estructura económica baseada nas transações pessoais estabelecidas a partir dos pactos de hospitalidade e ofertas de prestígio a uma economia claramente empresarial.

Apesar da escassez das fontes literárias, sabemos que a exploração e colonização do Mediterrâneo foi um empreendimento colectivo, mais do que uma aventura individual. Conhecem-se,

1 Em particular no célebre passo de Xenofonte (Económico, XX, 27-28) quando, a propósito do comércio de cereais, nos diz "… os mercadores, por gostarem muito de trigo, se ouvem que ele é abundante em algum lugar, aí vão busca-lo, atravessando o mar Egeu, o Ponto Euxino e o mar da Sicília. Depois que compram quanto podem, transportam-no por mar, isso fazendo no mesmo navio em que navegam. Quando precisam de dinheiro, não se desfazem dele [ao acaso], mas onde, segundo o que ouvem dizer, o trigo alcança preço maior e onde as pessoas o pagam mais caro, é a esses que eles o levam e entregam" (trad. A. L. A. de Almeida Prado 1999: 95-96).
2 Na Península Ibérica este sistema comercial complexo pode ser observado nas cartas comerciais de Ampúrias 1 e Pech Maho 2.

todavia, alguns nomes de aventureiros cuja epopeia os teria levado a terras distantes, como é o caso de Eutímenes e Píteas, ambos procedentes da colónia grega de Massília (actual Marselha). O primeiro, que viveu entre os séculos VI e IV a. C., teria realizado uma viagem de exploração nas costas ocidentais de África, até alcançar uma zona na desembocadura de um grande rio, que alguns investigadores identificam com o Senegal, povoado por uma fauna semelhante à do rio Nilo. Píteas, teria empreendido uma viagem extraordinária nos finais do século IV a. C., que o levaria de Marselha aos mares do Norte da Europa, alcançando as costas da Bretanha francesa e as ilhas adjacentes até à Grã-Bretanha, situadas na rota comercial do estanho, e, possivelmente, a Irlanda e a Islândia. Com o passar do tempo, esta viagem ficou associada a fábulas sobre regiões desoladas e gélidas, onda habitavam povos que dormiam durante seis meses ao ano ou os afortunados hiperbóreos, os favoritos de Apolo.

À parte a referência a exploradores que teriam percorrido áreas situadas fora da *oikomene*, podem-se encontrar nas fontes referências à colonização grega no Mediterrâneo. Segundo estas, teriam sido os habitantes da ilha de Eubeia os primeiros navegadores gregos que percorreram, nas suas embarcações, as costas do Mediterrâneo, quer a Ocidente, quer a Oriente. Alguns locais por estes frequentados passaram a ter outras designações, regra geral nomes descritivos que terminam em *ousa*, como *Pitiousa* (Ibiza), "a ilha dos pinheiros". A eles se deve também a designação do estreito de Gibraltar como "Colunas de Briareu" (um gigante a que se rendia culto na ilha de Eubeia), nome que precedeu a denominação tradicional de Colunas de Hércules. Da ilha de Samos, um lugar central que mantinha fortes ligações com os portos do Mediterrâneo Oriental, partiu, no século VII a. C., o famoso mercador Colaios, com a intenção de estabelecer relações comerciais com o Egipto, mas os ventos que percorrem a costa da Apúlia haviam de o levar até Tartessos, o famoso reino do sul da Península Ibérica, situado além das Colunas de Hércules (Heródoto, livro IV 152). Os beneficiários desta descoberta foram, porém, os navegantes de outra cidade do mar Egeu, a Fócida, situada na costa da península da Anatólia. Segundo Heródoto (livro I 163), os seus habitantes foram os primeiros a dedicar-se ao comércio com navios de cinquenta remos, vinte e cinco de cada lado:

> "Os foceenses foram os primeiros Gregos a empreender a navegação de longo curso; a eles se deve a descoberta da costa adriática, da Tirrénia, Ibéria e Tartessos. Não navegavam em barcos de carga, mas em navios de cinquenta remos. Depois de chegarem a Tartessos, travaram relações de amizade com o rei local, chamado Argantónio, que aí reinou durante oitenta anos e viveu, ao todo, cento e vinte anos" (trad. José Ribeiro Ferreira e Maria de Fátima Silva 2002: 166-167).

Tucídides, na *História da Guerra do Peloponeso* (I, 13), ao referir-se ao poderio crescente dos helenos menciona embarcações ainda mais velozes, conhecidas por trirremes:

> "Tendo-se a Hélade tornado mais poderosa e conseguindo, ainda muito mais do que no passado, adquirir riquezas, com a abundância começaram a surgir tiranias nas cidades, quando antes tinham existido regimes de realeza hereditária assente em prerrogativas. Então a Hélade começou a aparelhar navios e a dar maior preferência ao mar. Diz-se que foram os Coríntios os primeiros a dominar os métodos mais modernos da gestão e ciência náuticas e foi em Corinto que pela primeira vez na Hélade se construíram trirremes. Parece que foi o engenheiro naval coríntio Amínocles, que construiu para os Sâmios quatro embarcações. Isto deu-se por volta de trezentos anos antes do fim desta guerra do Peloponeso, quando Amínocles foi viver com os Sâmios. A batalha naval mais antiga das que conhecemos foi entre Coríntios e os habitantes de Corcira. Deu-se duzentos e sessenta anos antes da mesma data. Estabelecidos no Istmo, os Coríntios sempre ali tiveram um mercado pra a troca dos seus produtos, pois os Helenos desde antigamente, mais por terra do que por mar, dentro do Peloponeso ou fora dele, tinham de passar pelas terras deles. Por isso eram poderosos e ricos, como é demonstrado pelos antigos poetas. Chamavam-lhe de facto "a rica Corinto". Mas quando os Helenos passaram a utilizar a navegação, adquiriram os Coríntios mais barcos e limparam o mar da pirataria, e ofereceram possibi-

lidades comerciais por terra e por mar ao darem à sua cidade a acessibilidade necessária para a aquisição da riqueza produzida. Também os Jónios seguidamente adquiriram um grande poder naval, no tempo de Ciro, o primeiro Rei dos Persas, e de Cambises, seu filho. Ao combaterem Ciro para defender os seus interesses, dominaram o mar junto da costa durante algum tempo. Também Polícrates, que era tirano de Samos, tendo-se fortalecido, no tempo de Cambises, com poder naval, reduziu ao seu domínio outras ilhas e entre elas tomando Reneia dedicou-a a Apolo de Delos. Finalmente, os Foceenses ao colonizarem Massália, venceram em batalha naval os Cartagineses" (trad. Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr 2010: 76-77).

A par das fontes literárias, as fontes arqueológicas permitem-nos considerar uma série de dados do mais alto interesse, como os referentes às estruturas urbanas das colónias arcaicas. A confirmá-lo está a notável extensão das grandes cidades arcaicas como Siracusa, Leontinos e Posidonia, que, graças às escavações realizadas nas últimas décadas, têm revelado um *habitat* particularmente bem estruturado. Segundo as fontes literárias, e sobretudo epigráficas, os lotes originais eram inalienáveis e a sucessão de regras e normas legislativas eram pensadas de modo a garantir um contingente fixo de cidadãos aptos para o exército.

A propósito muito se tem discutido a acerca de um fragmento de Arquíloco, um poeta nascido em Paros no século VII a. C. (Ateneu 4.167), segundo o qual, um colono que viajou em direcção à Sicília, em particular à colónia de Siracusa, preferiu trocar um lote de terreno que lhe tinha sido destinado por um doce de mel. O passo tem um valor histórico discutível, mas a crítica literária tem procurado atribuir um significado preciso a estas palavras, interpretando-as como uma medida do valor dos lotes atribuídos. Seriam realmente os lotes assim tão pequenos para se poderem equiparar a um simples doce de mel? Ou as motivações da troca devem ser entendidas como uma atitude individual de um colono que refutava o seu papel e o estatuto social que derivava da possessão de terras? A resposta é complexa, mas certamente não se pode considerar o passo como exclusivamente literário...

A repartição da propriedade primária, que determinava a estrutura original da propriedade fundiária, podia ser alterada em consequência de acontecimentos particulares, de carácter social, demográfico, político e militar, que modificavam o número originário de colonos e de cidadãos adultos. Em tais casos, tornava-se necessário aumentar o número de cidadãos de pleno direito, concedendo-se a cidadania a residentes que não a possuíam ou convidando novos colonos, através de propaganda realizada nos santuários e nas festas pan-helénicas. Recorreu-se ainda à criação de novos centros com quarteirões étnicos de diferentes proveniências, que incluíam comunidades com usos e leis próprias. Tal situação ocorreu no caso das chamadas colónias mistas ou pan-helénicas. Para melhor compreender estas questões, é frequente a comparação das grandes colónias mistas da Sicília e da Magna Grécia com as fundações genovesas e venezianas das cidades do levante e as dos bairros étnicos e religiosos de muitas cidades medievais e modernas, como Nova Iorque, algumas cidades anglo-francesas do Canadá ou a própria Jerusalém. No período arcaico grego, criaram-se outro tipo de colónias, a que damos o nome de *emporia*. Estas eram colónias fundadas por motivos comerciais, verdadeiros centros de redistribuição no Mediterrâneo, como Náucratis, no Egipto, Gravisca, na Etrúria, e, em certo sentido, Marselha, no sul de França. Neste tipo de comunidades estabeleciam-se relações de confiança com os nativos, quer através de alianças matrimoniais, quer de interesses comerciais recíprocos.

O fenómeno colonial a ocidente: a perspectiva fenícia

A chegada de grupos fenícios ao Extremo Ocidente é hoje um dado irrefutável, à luz dos dados arqueológicos recuperados em diversas áreas do Sul e levante peninsulares. De facto, desde os meados dos anos 60 do século passado, que tem vindo a ser reconhecido um importante conjunto de sítios, implantados junto à costa andaluza, valenciana e catalã, assim como no litoral português, ocidental e meridional, que evidenciam uma presença efectiva de comunidades

humanas com origem no Mediterrâneo Oriental. Se, num primeiro momento, parecia tratar-se de pequenas feitorias, que tinham por objectivo alargar os mercados fenícios, e, por outro lado, proceder à obtenção de matérias-primas necessárias ao desenvolvimento do artesanato oriental, as características próprias de muitos desses sítios permitem que, hoje em dia, se possa defender que estes se integraram num processo de contornos iminentemente coloniais. A dimensão de alguns deles, a arquitectura doméstica e a das necrópoles, as técnicas construtivas, as estruturas defensivas de que estão munidos, os artefactos de uso quotidiano e funerário são elementos a ter em consideração quando se discute a real dimensão e significado dessa presença.

Se é certo que as novas tecnologias (a roda de oleiro, a redução do ferro, o moinho giratório, o vidro) e a introdução de planos arquitectónicos ortogonais, com habitações rectangulares compostas por várias células, foram determinantes na criação de uma "nova forma de vida", outros aspectos devem destacar-se pelas suas implicações em termos sociais e ideológicos, começando, naturalmente por aqueles que se prendem com a religião e o culto. A existência de santuários com plantas orientais canónicas dedicados a divindades de recorte oriental, no Alentejo interior (Castro dos Ratinhos) e no vale do Guadalquivir (Carambolo, *Caura*), evidenciam a introdução de novos cultos e sobretudo práticas litúrgicas importadas. Por outro lado, a escrita fenícia, divulgada através de inscrições sobre cerâmicas (*ostraka*), mas também sobre pedra, presume a adopção de uma língua oriental, processo revelador de um grau de interacção consideravelmente alto.

A nova "ordem" social, política e económica que resultou da instalação de comunidades fenícias na Península Ibérica que implicou um considerável aumento demográfico, teve implicações a vários níveis, nomeadamente na gestão das relações estabelecidas entre os recém-chegados e a população indígena pré-existente. O que parece claro é que um novo modelo foi implantado, modelo para o qual contribuíram os diversos agentes envolvidos no processo, concretamente os vários elementos das duas comunidades que se encontraram.

Os dados da arqueologia

Os conhecimentos arqueológicos até à data reunidos no actual território português permitem-nos desenhar um novo mapa sobre a presença fenícia – e, indirectamente, grega – que ilustra o avanço ao largo da fachada atlântica de núcleos semitas e orientalizantes até o rio Mondego, situados numa posição estratégica de acesso a regiões a norte deste rio, até ao Minho e às Rias Baixas.

A presença e a instalação de fenícios no litoral português ocorreram num momento relativamente antigo, século VIII a. C., como ficou comprovado pelas datações de radiocarbono obtidas (Arruda 1999-2000) e por alguns materiais arqueológicos, mas ainda assim, várias décadas depois dos que foram reconhecidos nas regiões andaluzas de Huelva e Málaga, e no que é hoje a Tunísia (Útica).

Estes fenómenos desenvolveram-se principalmente no litoral, mas atingiram o interior praticamente em simultâneo, como Santuário do Castro dos Ratinhos, em Moura, evidenciou (Berrocal-Rangel e Silva 2010). O edifício apresenta uma planta estruturada que responde a um plano arquitectónico prévio (Prados Martínez 2010: 260), tendo-se usado o "módulo fenício", de 52 cm, com os seus múltiplos a serem empregues de forma canónica (*ibidem*: 267). Este edifício teve um traçado definido com *Langbau* ou de "tipo siríaco", com origem no norte da Síria e no sul da Anatólia (*ibidem*). A sua interpretação como santuário (Berrocal-Rangel e Silva 2010: 135; Prados Martínez 2010: 209-276) não oferece dúvidas, mas importa não esquecer que "convivia" com estruturas habitacionais de planta circular.

No litoral, e mais concretamente na fachada ocidental, destacam-se os sítios do baixo vale do Tejo, pela antiguidade, e pelos materiais. Relativamente à cronologia, a área foi, no território actualmente português a mais precocemente atingida pelo fenómeno colonial, como as datações de radiocarbono indicam de forma clara (Arruda 1999-2000; Barros e Soares 2004; Arruda

2005; Soares e Arruda: no prelo a). Estas datas de 14C são também suportadas pela antiguidade dos materiais arqueológicos cerâmicos encontrados na Alcáçova de Santarém (Arruda 1999-2000), e na Rua de São Mamede ao Caldas (Pimenta, Silva e Calado 2014) e na Casa dos Bicos (Pimenta, Sousa e Amaro 2015), em Lisboa. A estes espólios associam-se os dados epigráficos, que contam já com duas inscrições em Lisboa, uma do Castelo de São Jorge, sobre cerâmica (Arruda 2013; Zamora López 2014), que paleograficamente remonta ao final do século VIII a. C., e outra funerária, do século VII (Neto *et alii* 2016). Outros sítios implantados nas margens do antigo estuário do Tejo demonstram a densidade da ocupação de matriz orientalizante da área entre o século VIII e os alvores da romanização (Arruda *et alii* 2014; Pimenta *et alii* 2014; Arruda, no prelo; Arruda *et alii*, no prelo a), que parece funcionar em rede, mas que a partir de meados do 1º milénio ganha características próprias, desvinculando-se, de alguma forma, da região que esteve na origem da sua formação (Arruda 1999-2000; Arruda 2005; Sousa 2014).

No vale do Sado, a presença de comunidades exógenas está documentada de forma directa pelo edifício singular de Abul (Mayet e Silva 2000), de planta oriental e *ex nihil*o, e indirectamente em Alcácer do Sal, quer no povoado (por materiais e técnicas construtivas) (Silva *et alii* 1980-81) quer na necrópole, por espólios, arquitecturas e rituais funerários (Fabião 1998; Arruda 1999-2000; Arruda, Lourenço e Lima 2015; Cardoso e Arruda 2016; Gomes 2016), quer ainda em áreas que foram definidas como santuários (Arruda *et alii*, no prelo b).

A presença oriental no território actualmente português atinge o estuário do Mondego, onde Santa Olaia (Rocha 1908; Pereira 1997) e Conímbriga (Correia 1993) assumem considerável protagonismo.

No litoral meridional, a actual cidade de Tavira destaca-se no que à sua Idade do Ferro diz respeito. Aos espólios orientais e orientalizantes, somam-se a arquitectura defensiva, concretamente a muralha de casamatas (Maia 2000; 2003), uma inscrição em língua e caracteres fenícios, um *ostrakon*, (Amadasi-Guzzo e Zamora López 2008), uma arquitectura funerária com incinerações em urna (Arruda, Covaneiro e Cavaco 2008) e um complexo de poços de possível cariz votivo, de influência oriental (Maia 2003). O contacto estabelecido entre esta região e os colonos fenícios da área do Estreito caracteriza-se pela sua precocidade, recuando a presença de materiais orientais em Tavira à segunda metade do século VIII a. C./inícios do VII (Maia 2000). Estes contactos, e a integração de Tavira no quadro das relações comerciais entre as colónias fenícias do «Circulo do Estreito», prevalece até meados do milénio, momento em que a re-organização do universo fenício peninsular também se faz sentir no Extremo Ocidente (Arruda 1999-2000; 2005; 2007a).

Na foz do Guadiana, Castro Marim ofereceu abundantes testemunhos de contactos com o mundo fenício ocidental, uma vez mais materializados em espólios e arquitecturas defensivas, domésticas e cultuais (Arruda 2003; Arruda, Freitas e Oliveira 2007; Arruda *et alii* 2009; Arruda *et alii* 2013).

A cerâmica grega de época arcaica é muito rara no território actualmente português e a que existe é proveniente destes contextos directamente relacionados com a colonização fenícia ocidental. É justamente o caso do fragmento do Coríntio Médio de Castro Marim, datado do primeiro quartel do VI a. C. (Arruda 2003; 2005; 2007b), que pertenceu a um *alabastron* ou a uma *olpe* (*ibidem*).

Os dois fragmentos de Almaraz (Cardoso 2004), na foz do Tejo, possuem a mesma cronologia, pertencendo um deles, também à mesma forma. O outro é um fundo, muito provavelmente de um *aryballos*. Uma cronologia da primeira metade do século VII é admissível para ambos.

De produção ática é a taça de bandas de Alcácer do Sal, do tipo C, com decoração floral, e cronologicamente mais avançada, podendo ser datada do início do século V a. C. (Arruda 2007b). Uma vez mais, esta peça pode ser associada com o abastecimento de produtos gregos aos sítios fenícios e orientalizantes da Península Ibérica.

A cerâmica grega da época clássica, dos finais do século V e da primeira metade do seguinte, é muito mais abundante, contando com centenas de exemplares quer de verniz negro quer de

Figuras Vermelhas. A sua distribuição é fundamentalmente meridional e costeira (Arruda 1997; 2007b) e insere-se em contextos que se podem definir como pós-orientalizantes e da II Idade do Ferro. Estes últimos englobam-se num momento de re-organização territorial e política, que implicou complexos processos de regionalização, que contrastam com a unicidade pré-existente. E assim, enquanto no Algarve, integrado, tudo indica, na Turdetânia (Arruda 1999-2000; 2003; 2005), as importações registam valores, formas e decorações idênticos aos verificados na área de Cádis, os números do litoral ocidental são consideravelmente diversos, por que muito menores.

Mas, uma vez mais, tudo indica que o abastecimento destes produtos, que, juntamente, com outros, alimentares e manufacturados, implicaram uma alteração significativa nos hábitos sociais (Soares e Arruda, no prelo b), não foi directo, através de agentes gregos, mas por via do porto de Cádis (Arruda 1997; 2007b).

Compreender de que forma este processo comercial contribuiu para as transformações verificadas nas sociedades sidéricas, e dar a conhecer os diferentes e reais alcances deste fenómeno, só é possível através da análise do complexo enquadramento político, económico, geográfico e dos sistemas sociais e ideológicos que permitiram a difusão de bens de prestígio exógenos junto das comunidades indígenas. E se a irradiação de protótipos orientalizantes foi responsável pela penetração de um vasto conjunto de tecnologias, hábitos sociais, novas práticas e rituais funerários e, inclusive de novas espécies vegetais e animais (Arruda 2008), essa introdução só foi possível com a concordância dos grupos autóctones, que os aceitaram, ainda que em diferentes graus, e que os manipulam mediante o seu entendimento. Esta confrontação de comunidades cultural e geneticamente diferenciáveis foi já largamente abordada, valorizando-se ora o papel das comunidades indígenas nestes processos de interação, ora a influência exógena. Não obstante, constitui ainda actualidade, o cerne da discussão da orientalização do Ocidente na Idade do Ferro.

Epílogo

Apesar da escassez de dados literários e da dificuldade de os conjugar com os dados arqueológicos parece-nos poder constatar-se que no território atualmente português a presença grega não foi efectiva, no sentido da fixação de colonos, nem de contactos fixos ou periódicos. Neste sentido, a presença da cerâmica grega está certamente associada ao comércio fenício, numa primeira fase, e púnico-turdetano, mais tarde.

Contudo, a presença de algum pessoal grego, homens livres e escravos, entre os comerciantes, de modo a obter benefícios mútuos dessa mesma associação pode admitir-se como muito provável.

Por outro lado, a existência de gregos em Huelva na primeira metade do século VI a. C., comprovada não apenas pelas notáveis quantidades de cerâmicas gregas, mas sobretudo pelos grafitos gregos em cerâmica de fabrico local (Domínguez Monedero 2013), deixa antever a possibilidade de essa presença se estender para um ocidente muito próximo.

Também a recolha em Monte Molião de um fragmento de cerâmica grega do século IV a. C. com um grafito pós-cozedura em caracteres gregos (Arruda *et alii* 2011) permite supor a existência de, pelo menos, falantes da língua grega no Algarve litoral durante a chamada II Idade do Ferro.

Ainda assim, estas realidades são apenas episódicas, não traduzindo uma qualquer colonização de matriz helénica no ocidente peninsular. Segura parece ser, contudo, uma certa "helenização" destes territórios, protagonizada por agentes púnico-gaditanos e turdetanos que trouxeram novos hábitos de consumo e comportamentos sociais, que se materializam em bens manufacturados e alimentares.

Bibliografia selecta

Boardman, J. 1999: *The Greeks Overseas: The Early Colonies and Trade*, London.

Chic García, G. 2009: *El comercio y el Mediterráneo en la Antigüedad*, Madrid.

Cunliffe, B. 2003: *A extraordinária Viagem de Píteas, o Grego*, Mem Martins.

Ferreira, R. 2006: Oceano e Tétis nos Poemas Homéricos e na obra de Hesíodo, em: Oliveira, F. de, Thiercy, P. E. e Vilaça, R. (coords.), *Mar Greco-Latino*, Coimbra, 75-82.

Ferreira, R. 2007: A pólis grega e seus caminhos para ocidente, em: *Vasos Gregos em Portugal*, Lisboa, 33-46.

Musti, D. 1990: Storia Greca, em: *La Civiltà Greca – Storia e Cultura* (vol. I), Ed. Laterza, Bari-Roma, 261-272.

Rocha-Pereira, M. H.: 2012, *Estudos de História da Cultura Clássica. I Volume- Cultura Grega*, Lisboa (11ª ed.).

Obras literárias

Almeida Prado, A. L. A. de 1999: *Xenofonte. Econômico*, Martins Fortes, São Paulo.

José Ribeiro Ferreira, J. e Silva, M. de F. 1994: *Heródoto. Histórias. Livro 1º*, Edições 70, Lisboa.

Rosado Fernandes, R. M. e Granwehr, M. G. P. 2010: *História da Guerra do Peloponeso,* Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Referências bibliográficas

Amadasi Guzzo, M. G. e Zamora López, J. A. 2008: Un ostracon phénicien de Tavira (Portugal), *Vicino Oriente* 14, Roma, 231-240.

Arruda, A. M. 1997: *A cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*, Ed. Colibri, Lisboa.

Arruda, A. M. 1999-2000: *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*, Cuadernos de Arqueología Mediterránea 5-6, Barcelona.

Arruda, A. M. 2003: A Idade do Ferro no Castelo de Castro Marim através das importações cerâmicas, *Xelb* 4, Silves, 70 88.

Arruda, A. M. 2005: Orientalizante e pós -orientalizante no sudoeste peninsular: geografia e cronologias, em: Celestino Pérez, S. e Jiménez Avila, J. (eds.), *El periodo Orientalizante (2 Vols.). Actas del II Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*, Anejos de Archivo Español de Arqueología XXV, vol. I, Mérida, 277-303.

Arruda, A. M. 2007a: A Idade do Ferro do Sul de Portugal. Estado da Investigação, *Madrider Mitteilungen* 42, Madrid, 114-139.

Arruda, A. M. 2007b: Cerâmicas gregas encontradas em Portugal, em: *Vasos Gregos em Portugal Aquém das Colunas de Hércules*, Lisboa, 135-140.

Arruda, A. M. 2008: Fenícios e Púnicos em Portugal, problemas e perspectivas, em: *La Arqueología Fenicia y Púnica en la Península Ibérica. Nuevas Perspectivas II*, Cuadernos de Arqueología Mediterránea 18, Barcelona, 13-24.

Arruda, A. M. 2013: Do que falamos quando falamos de Tartesso, em: Campos, J. e Alvar, J. (eds.), *Tarteso. El emporio del metal*, Córdoba, 211–222.

Arruda, A. M. (no prelo): A Idade do Ferro orientalizante no vale do Tejo: as duas margens de um mesmo rio.

Arruda, A. M., Freitas, V. e Oliveira, C. F. 2007: Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim, em: Lopez Castro, J. L. (ed.), *Las ciudades fenicio punicas en el Mediterráneo Occidental,* Almería, 459-482.

Arruda, A. M., Covaneiro, J. e Cavaco, S. 2008: A Necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira, *Xelb*. 8, Silves, 117-135.

Arruda, A. M., Freitas, V., Oliveira, C., Sousa, E., Lourenço, P. e Carretero, P. 2009: Castro Marim: um santuário pré romano na foz do Guadiana, em: Mateos, P., Celestino, S., Pizzo, A. e Tortosa, T. (eds.), *Santuarios, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental* Anejos de Archivo Español de Arqueología XLV, Mérida, 79-88.

Arruda, A. M., Sousa, E., Pereira, C. e Lourenço, P. 2011: Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal), *Conímbriga* 50, Coimbra, 5-32.

Arruda, A. M., Soares, A. M., Freitas, V. T., Oliveira, C. F., Martins, J. M. e Portela, P. 2013: A cronologia relativa e absoluta da ocupação sidérica do Castelo de Castro Marim, *Saguntum* 45, Valencia, 101-114.

Arruda, A. M., Sousa, E., Pimenta, J., Mendes, H. e Soares, R. 2014: Alto do Castelo´s Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal), *Zephyrus* 74, Salamanca, 143-155.

Arruda, A. M., Lourenço, P. e Lima, J. 2015: Bronces fenicios em Portugal: a propósito del hallazgo de um jarro piriforme en la necrópolis do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), em: Jiménez Ávila, J. (ed.), *Phoenician Bronzes in Mediterranean*, Real Academia de la Historia, Madrid, 443-452.

Arruda, A. M., Sousa, E., Pimenta, J., Mendes, H. e Soares, R. (no prelo a): Phéniciens et indigènes en contact à l´embouchure du Tage.

Arruda, A. M., Ferreira, M., Sousa, E., Lourenço, P., Lima, J. e Carvalho, A. (no prelo b): Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Rua do Rato.

Barros, L. e Soares, A. M. 2004: Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal), *O Arqueólogo Português*, série IV, 22, Lisboa, 333-352.

Berrocal-Rangel, L. e Silva, A. C. 2010: *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Cardoso, J. L. 2004: *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*, Estudos Arqueológicos de Oeiras 12, Oeiras.

Cardoso, J. L. e Arruda, A. M. 2016: Faunas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal, em: Vilaça, R. e Serra, M. (eds.), *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades*, Coimbra, 193-211.

Correia, V. H. 1993: Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego, *Estudos Orientais* IV, Lisboa, 229-283.

Dominguez Monedero, A. 2013: Los primeros griegos en la Península Ibérica (s. IX-VI a. C.). Mitos, probabilidades, certezas, em: Hoz, M. P. de e Mora, G. (eds.), *El Oriente griego en la Península Ibérica. Epigrafía e Historia*, Real Academia de la História, Madrid, 11-42.

Fabião, C. 1998: *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 volumes, edição policopiada.

Gomes, F. 2016: *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Maia, M. 2000: Tavira fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C., em: González Prats, A. (ed.), *Fenicios y Territorio. Actas del II Seminario Internacional sobre Temas Fenícios*, Alicante, 121-150.

Maia, M. 2003: Fenícios em Tavira, em: AA. VV., *Tavira: Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 57-72.

Mayet, F. e Silva, C. T. 2000: *Le site phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*, Paris.

Neto, N., Rebelo, P., Ribeiro, R., Rocha, M. e Zamora López, J. A. 2016: Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 19, Lisboa, 123-128.

Pereira, I. 1997: Santa Olaia et le commerce atlantique, em: Etienne, R. e Mayet, F. (eds.), *Itineraires Lusitaniennes*, Paris, 209-253.

Pimenta, J., Silva, R. e Calado, M. 2014: Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo: a intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15, em: Arruda, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, vol. 2, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Lisboa, 712–723.

Pimenta, J., Mendes, H., Arruda, A. M., Sousa, E. e Soares, R. 2014: Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos), *Magos* 1, Salvaterra de Magos, 39-58.

Pimenta, J., Sousa, E. e Amaro, C. 2015: Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da *Olisipo* pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18, Lisboa, 161-180.

Prados Martínez, F. 2010: La Arquitectura sagrada: Un santuario del siglo IX a. C., em: Berrocal-Rangel, L. e Silva, A. C. (eds.), *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*, Lisboa, 259-276.

Rocha, A. dos S. 1908: Memórias e explorações arqueológicas II. Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira, *Portugália* 2, Porto, 302-356.

Silva, C. T., Soares, J., Beirão, C. M., Dias, L. F. e Coelho Soares, A. 1980-1981: Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979), *Setúbal Arqueológica* 6-7, Setúbal, 149-218.

Soares, A. M. e Arruda, A. M. (no prelo a): A cronologia de radiocarbono para a Idade do Ferro orientalizante no território português. uma leitura crítica dos dados arqueométricos e arqueológicos.

Soares, C. e Arruda, A. M. (no prelo b): A helenização dos processos culinários no Sul de Portugal: uma abordagem interdisciplinary.

Sousa, E. 2014: *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Zamora López, J. A. 2014: Palabras fluidas en el extremo Occidente. Sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible topónimo local, em: Bádenas de la Peña, P., Cabrera, P., Moreno, M., Ruiz, A., Sánchez, C. e Tortosa, T. (eds.), *Homenaje a Ricardo Olmos. Per speculum in aenigmate*, Madrid, 306-314.